



Acesso à Saúde Pública para Moradores de Rua no Brasil

Ana Beatryz Lima de Brito^{1*}, Arthur Sebben Corrêa¹, Ezenildo Marques Dutra¹, Fernanda Gabrieli Rodrigues Sousa¹, Jhony Nunes Ferreira¹, Teófilo Lourenço de Lima²

^{1*}Acadêmicos (as) do Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Ji-Paraná, RO, Brasil. E-mail: anabeatrizlimadebrito@gmail.com.

²Professor orientador, pós-graduado em Administração e Planejamento para Docentes pela Ulbra, 1996; pós-graduado em Inovação, Gestão e Práticas Docentes no Ensino Superior pela Faculdade Santo Agostinho, 2021; licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia, 1996; pós-graduando em Psicologia Jurídica e Forense pela Faculdade Unyleya; Bel. Em Direito pelo Centro Universitário São Lucas. E-mail: teofilolourenodelima@gmail.com.

1. Introdução

O acesso à saúde pública para moradores de rua é um desafio em todo o Brasil. A Constituição Federal de 1988 por meio do SUS (Sistema Único de Saúde) tem como princípio a universalidade, garantindo que todos os brasileiros, independente de sua condição social, tenham acesso a atendimento médico. No entanto a população em situação de rua enfrenta barreiras para uso de fazer o uso desse direito cujo à falta de documentação, discriminação e à mobilidade constante, comprometendo o acesso contínuo aos serviços de saúde.

Segundo o Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil possuía cerca de 281 mil pessoas em situação de rua em 2022, o aumento foi mais de 100% em relação a 2021, quando o número era e aproximadamente 120 mil. Esse crescimento está ligado a fatores de crises econômicas, falta de políticas habitacionais e o desemprego.

O Consultório na Rua, um programa criado pelo Ministério da Saúde em 2011, é uma das principais iniciativas voltadas para melhorar o atendimento dessa população, levado equipes de saúde as ruas. Entretanto, a continuidade desse programa ainda é limitada, e o acesso a saúde pública a moradores de rua se pendura a ser uma pauta de urgência a ser resolvida. Este estudo tem como objetivo explorar os desafios do acesso à saúde pública para moradores de rua em Rondônia, analisando dados locais e discutindo alternativas para melhorar o atendimento dessa população. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024)

2. Materiais e métodos

Este estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando fontes como o Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Foram analisados documentos e relatórios de órgãos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que fornece estatística sobre o aumento da população de rua dos últimos anos.

Além disso, foram consultados relatórios de organizações como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) para identificar as principais condições de saúde que afetam essa população.

3. Resultados e Discussões

A população de rua no Brasil tem crescido de maneira significativa nos últimos anos. Essa população enfrenta uma série de desafios em questão ao acesso a saúde como: falta de documentação que muitos moradores de rua não possuem CPF ou cartão do SUS, há um estigma e discriminação já que muitos profissionais não estão preparados para lidar com esse tipo de população gerando assim atitudes discriminatórias reduzindo a eficácia dos atendimentos e a

dificuldade de continuidade ao tratamento devido a mobilidade e a falta de endereço fixo, dificulta a continuidade de tratamento de doenças crônicas ou mentais.

Embora existam políticas nacionais como a estratégia Consultório na Rua, esse serviço ainda não é amplamente acessível a todas as regiões do país e há poucos profissionais dedicados a ele. Segundo IPEA, em 2020 o programa atendeu mais de 100 mil pessoas, mas o número de profissionais e abrangência eram desproporcionais para atender a demanda (IPEA, 2020). A implantação adequada deste serviço se deve pela falta de infraestrutura e recursos financeiros e profissionais qualificados, principalmente em áreas menos desenvolvidas.

Além disso, os dados do SINAN apontam que a população de rua é mais propensa a doenças respiratórias, como a tuberculose que é prevalente nessa população do que na população em geral. De acordo com estudos da Fundação Oswaldo Cruz apontam que o crescimento dessa população juntamente ao agravamento da pandemia, reforça a necessidade de reorganizar os serviços de saúde (Fiocruz, 2020). No mais, o alto nível de transtornos mentais e o abuso de substâncias alcoólicas que exigem tratamento especializado, em alguns estados não há disponibilidade.

4. Considerações finais

Conclui-se que há uma necessidade urgente de ampliação e melhor estruturação dos serviços de saúde voltados para moradores de rua no Brasil. Embora o programa Consultório na Rua represente avanços importantes sua cobertura ainda é limitada, o estado precisa adaptar a Política Nacional de Atenção à Saúde da População em Situação de Rua para a realidade de cada local, fortalecendo a capacitação de profissionais e garantindo a continuidade do atendimento.

Recomenda-se também a criação de parcerias entre o governo estadual e organizações da sociedade civil para ampliar o acesso à saúde, com foco em estratégias como o Consultório na Rua e a inclusão de abordagens multidisciplinares, que integram saúde mental, cuidados básicos e assistência social. Estudos futuros devem explorar formas de garantir a continuidade do tratamento para essa população e sua acessibilidade.

5. Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. População em Situação de Rua. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: População em Situação de Rua — Ministério da Saúde (www.gov.br).

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). População em Situação de Rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. Relatório 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN: Tuberculose em Populações Vulneráveis no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). 'TB ainda é muito incidente, principalmente em populações vulneráveis', aponta pesquisador. Relatório 2020.